

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

A Importância da Geopolítica do Terrorismo

Comentário analítico à obra “O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente”¹, do Professor António de Sousa Lara

Precisões conceptuais

É impossível analisarmos a obra “O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente” sem, paralelamente, analisarmos a obra “A Grande Mentira”², do mesmo autor, mas de publicação prévia. Com efeito, as duas imiscuem-se em vários pontos e chegam até a complementarem-se a respeito de algumas matérias. De tal forma assim o é que logo nas palavras introdutórias lemos: “Este pequeno ensaio vem na sequência de outro pequeno ensaio, publicado em 2004 com a designação de ‘A Grande Mentira – Ensaio sobre a Ideologia do Estado’³”. Logo, tomaremos a liberdade de analisar a importância da geopolítica do terrorismo através da lente analítica destas respectivas obras.

Ambos os livros debruçam-se sobre um fenómeno muitas vezes esquecido pela tradicional literatura crítica das grandes escolas de pensamento do mundo dito industrializado, o qual parece tomar a dianteira na elaboração das grandes doutrinas que definirão o rumo às correntes políticas, económicas e sociais do futuro. A ideologia, *per se*, aparece mais como um artefacto herdado de manifestações colectivas em momentos históricos dos quais ninguém possui um olhar científico suficientemente distante para discutir construtivamente sobre. Com efeito, criaram-se alguns estigmas envoltos do conceito de ideologia, sendo muitas vezes associada ao nazismo, fascismo, comunismo, e outros “ismos” que mancham algumas páginas da História recente de muitos países.

No entanto, e como nota o autor, a própria concepção populista de que a era das ideologias terminou é ela própria o resultado de um entendimento da vida e fazeres públicos, internos e internacionais, de tal forma totalitarista que nada mais conclui do que a completa realização de uma ideologia vencedora. Ao rematarmos prontamente as várias manifestações de ideologias com que o Ocidente se deparou como tal, estamos implicitamente a reconhecer a nossa como mais válida e universal das restantes. E contudo, não será este pré-conceito uma manifestação de uma ideologia que, pela sua abrangência e profundidade, já não lhe conseguimos ver os limites? Não será o politicamente correcto apenas um mecanismo de garantir a subserviência voluntária de comportamentos e ideias a um conjunto de valores que hoje tomamos por universais e dogmáticos? Não existirá uma colectividade da qual emana esta ideologia, procurando adaptar-se, como todas as ideologias, às várias transformações que enfrentam o *status quo* do sistema criado?

O presente trabalho, assim como as obras sobre as quais baseamos as nossas reflexões, procurará responder as estas perguntas de referência, tentando simultaneamente analisar quais os processos, actores e sistema responsáveis pelo actual *state-of-the-art* das relações internacionais.

Operacionalização de conceitos

Antes de prosseguirmos com a respectiva análise, é fundamental codificarmos conceptualmente quais os conteúdos inseridos nos termos “terrorismo”, “ideologia” e

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

“Ocidente”, pois apenas quando definirmos com relativa precisão o que cada um significa, poderemos avançar na sua explanação.

Tomando as próprias palavras do Professor, **a)** *todo o terrorismo é acto político;* **b)** *o terrorismo é instrumental, ou seja, é um meio e não um objectivo final;* **c)** *para o entendimento da lógica do terrorismo há que considerar, em separado, os seus propósitos imediatos dos mediatos, [...];* e **d)** *o critério do benefício objectivo é fundamental para a definição da lógica do terrorismo.*⁴ Etimologicamente, o termo terrorismo advém da designação do período que se sucedeu à Revolução Francesa de 1789, o qual ficou para a história como o Reino do Terror. Contudo, esta não é a única, nem sequer a oficial, definição do significado de terrorismo. Ao próprio nível da Organização das Nações Unidas falhamos em encontrar consenso. O único documento com uma clara alusão à definição de terrorismo é aquela contida na Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas nº 49/60, em que diz:

*Criminal acts intended or calculated to provoke a state of terror in the general public, a group of persons or particular persons for political purposes are in any circumstance unjustifiable, whatever the considerations of a political, philosophical, ideological, racial, ethnic, religious or any other nature that may be invoked to justify them.*⁵

Em suma, aqui reúnem-se as principais teorias que definem o que é o terrorismo. De facto, e embora muitos autores avancem ainda com numerosas tipologias referentes à metodologia aplicada, aos objectivos, áreas de acção, alvos, etc., parece-nos importante realçar a natureza essencialmente subversiva do indivíduo, grupo ou organização terrorista. Sendo política, ou por outras palavras, animada de uma qualquer percepção ou concepção da *res publica*, ou coisa pública na tradição romana, toda a acção terrorista tem por objectivo alterar o equilíbrio político, económico e social vigente com vista a atingirem objectivos específicos, isto é, infligir num todo sistémico um factor de mudança não-sistémico.

À caracterização supra, acrescentaríamos ainda que o terrorismo é um mecanismo de subversão de uma colectividade contra outra, adquirindo não só uma acepção antropológica como também estratégica. Por definição, estratégia é o conjunto de pressupostos, processos e avaliações que procuram descortinar qual a melhor forma de uma entidade satisfazer os seus interesses e objectivos, maioritariamente mas nem sempre em detrimento de outrem. Embora a Soma Variável tenha vindo a ganhar alguma importância nas relações internacionais, continua a vingar a preponderância da dicotomia de Schmitt⁶ que assenta na distinção entre *amigo* e *inimigo*. Portanto, simultaneamente a uma análise geopolítica do terrorismo subjaz outra, referente à (geo)estratégia do terrorismo. No entanto, o que importa reter é a dualidade marcadamente maniqueísta que rege todas as dinâmicas existentes entre aquele indivíduo ou grupo que prosseguem acções terroristas, daquele outro grupo que sofre as mesmas.

Relativamente ao conceito de ideologia, e na ausência de uma definição operacional unilinear, consideraremos toda a acção e omissão política conducente ou respeitante a uma corrente *mainstream*, responsável pela agregação de um conjunto de lugares-comuns e pressupostos sociais de uma percentagem maioritária da comunidade, e posterior formação de um sistema político definido. A ideologia, ou *sensu comum maioritário*, é então constituído por um conjunto de valores, percepções,

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

concepções e dialécticas focadas na interpretação de uma doutrina política que adquire uma mobilização que ambiciona a construção de um sistema. Conforme a sua obra *Ciência Política*, ideologia é “[...] a força social à qual corresponde uma doutrina produzida num sistema complexo de causa e de efeito.”⁷

Nestes sistemas de ideias, e à semelhança de outros, como os religiosos, místicos, científicos, entre outros, reúnem-se entendimentos e interpretações diversas, por vezes empíricas, que procuram explicar a realidade segundo uma narrativa coerente e auto-esclarecida, isto é, que encerre em si mesma as perguntas e respostas sobre o todo político, quer se trate de uma “*organização, prioridade, opção, escala de valores, alternativa, em suma, na vida humana, económica, cultural, social religiosa e política.*”⁸

Para finalizar, e avançando para o conceito que maior imprecisão invoca, é agora tempo de caracterizar o significado do termo Ocidente. Este é um espaço que conglomerava diversas realidades político-sociais nem sempre coincidentes, mas que têm de si uma ideia de comunidade partilhada e sentimento de pertença a essa denominação. Em termos históricos, é constituído pela Europa Central e Ocidental, estendendo-se até às antigas colónias imperiais britânicas e francesas, e que após a descolonização mantiveram voluntariamente uma certa proximidade com as mesmas, como é o caso dos Estados Unidos da América, Canadá, África do Sul, Austrália, etc. Em termos políticos, definiríamos o Ocidente como o conjunto de países que partilham um sistema democrático representativo assente numa tripartição de poderes à maneira de Montesquieu, com partidos políticos que se alternam no poder. Desta forma, aos Estados acima mencionados acrescentaríamos o Japão, a Coreia do Sul, a Índia, o Brasil, o México, e tantos outros que perderíamos certamente qualquer noção de contiguidade territorial ou definição geográfica precisa. As duas definições parecem-nos, então, insuficientes para servirem de fundamento científico a qualquer dissertação sobre a temática em apreço.

Há ainda a considerar uma possível comunidade supranacional abrangente aos Estados de língua ou expressão anglo-saxónica ou francesa, o que, de certo modo, não deixa de corresponder a parte da verdade pois dada a dispersão dessas comunidades linguísticas, os sistemas políticos e seu modo de actuação no sistema internacional demonstram alguns pontos de convergência como o sejam a promoção da democracia, a adopção de economias de mercado, tripartição dos poderes executivo, legislativo e judicial, laico, e demais factores que compõem as respectivas sociedades políticas. No entanto, assim deixaríamos de parte o Japão, a Coreia do Sul, Portugal, Espanha, Itália, e tantos outros actores das relações internacionais que indubitavelmente são associados a essa entidade informe e flexível a que designamos por Ocidente. Com Samuel Huntington e o seu “*O Choque das Civilizações*” vemos ainda mais reduzida esta dimensão política, pois nela apenas incluiríamos a Europa Central e Ocidental, juntamente com a América do Norte, excepto México, e a Austrália. A resposta terá necessariamente que respeitar outros factores, que intangíveis, melhor nos ajudem a entender todo o espectro multidimensional respeitante ao termo.

Para tal recorreremos novamente a Schmitt, cujas *comunidades de destino* sumariam a existência de uma ordem quase tácita que se estabelece entre realidades político-históricas, leia-se Estados, e que por cujas comunidades inferiores vêm autonomizado um sentimento de pertença (*sense of belonging*) a uma comunidade superior partilhada de futuro. Desta forma, por Ocidente compreende-se todo o conjunto

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

de comunidades políticas que tomam elas próprias parte nesta *comunidade de destino* por se perspectivarem no presente e no futuro como tal.

Em termos geopolíticos, todas estas concepções apenas demonstram a extrema flexibilidade e versatilidade que esta entidade apresenta, sendo capaz de imprimir com um grau elevado de mutabilidade e adaptabilidade diferentes forças no sistema internacional conforme as pretensões dos membros que o constituem. Sendo certo que no topo desta comunidade se encontram países como os Estados Unidos, o Canadá, o Reino Unido, o Japão e a Alemanha, pelo seu poder e capacidade de influência no sistema internacional, diríamos então que a inserção geográfica desta comunidade geopolítica transita os limites entre uma clara definição geopolítica, e um conglomerado mais ou menos determinado de interesses variados. Por força da lei da parcimónia, entendermos o Ocidente como aquele acordo tácito que encontra manifestações em diversas esferas da sociedade internacional, mantido e utilizado por uma comunidade anglo-saxónica alargada de interesses. Embora não reconheçamos a existência de um sistema unipolar dominado exclusivamente pelos Estados Unidos, entendemos que esta comunidade anglo-saxónica é aquela responsável em maior grau pela projecção de política externa, formal (alianças militares, acordos económicos, *hard power*) e informal (empresas multinacionais, organizações não-governamentais, *soft power*), mais significativa ao nível internacional, na qual incluiríamos o Reino Unido, Canadá, Austrália, e potências aliadas e a ela subordinadas, como o Japão, França, Alemanha, etc.

Tipologia do Terrorismo

À semelhança do esquema apresentado na obra em apreço, mas aprofundado nas obras “Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão”⁹, e “A Subversão do Estado”¹⁰, afigura-se vital um breve esclarecimento sobre quais as várias dimensões que o fenómeno do terrorismo pode encerrar enquanto conceito inserido no léxico da Teoria das Relações Internacionais. Assim, temos:

A. Origem, (ou amplitude geográfica da qual emergem organizações terroristas)

I. Localizada: surgem de tensões e cenários localizados (ex. FARC, Tigres Tamil);

II. Regional: advém de uma conjuntura generalizada e multidimensional, favorável à emergência de organizações terroristas (ex. Al-Qaeda, Jihad Islâmica);

B. Natureza da Missão (ou substrato social que confere legitimidade)

I. Elitista: aquela que serve os propósitos exclusivos da organização terrorista sem atender, inequivocamente, a uma legitimidade populista do seu projecto de acção (ex. ETA, IRA);

II. Populista: toda a missão que emerge de um descontentamento generalizado das populações oprimidas, e que subseqüentemente apoiam incondicionalmente os meios pelos quais a organização prossegue os seus fins (ex. Al-Fatah, Frente Polisário);

C. Recrutamento (ou tipos de adesão à organização)

I. Quantidade

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

i) Restritiva: quando são escolhidos indivíduos que respeitam um certo perfil político-ideológico determinado e congruente com aquele da elite na chefia, ou qualquer outro critério selectivo de discriminação (ex. IRA, Hezbollah);

ii) Alargada: é indiscriminado o número de pretendentes a recrutamento para as fileiras da organização terrorista, sendo até verificável a existência de várias tendências político-ideológicas internas divergentes (ex. Al-Qaeda, com o dilema regionalização vs. globalização; Al-Fatah, com divergências relativas à metodologia diplomática da OLP);

II. Qualidade

i) Político-Ideológica: o recrutamento respeita um conjunto de valores e percepções político-ideológicas que conferem uma certa homogeneidade à organização (ex. IRA, Exército Vermelho);

ii) Técnica: responsável pela satisfação de determinados requisitos funcionais da organização, como o financiamento, construção de bombas, venda de armas, propaganda, etc. (Al-Qaeda com recrutamento dos pilotos do ataque a 11 de Setembro de 2001; Culto Aum Shinri-kyo com aquisição e utilização de gás Sarin no ataque no Metropolitano de Tóquio, 1995);

iii) Institucional: nos casos em que a organização terrorista obtém apoios de instituições, nomeadamente Estados (ex. Hezbollah, Hamas);

D. Finalidades dos Ataques (ou objectivos prosseguidos)

I. Sociais

i) Psicológicas: todo o tipo de operações ou actos terroristas que visam “*um constrangimento mental*” nos indivíduos das populações-alvo, sendo portanto genérica a toda a organização terrorista;

ii) Sociológicas: quando os actos pretendem condicionar e/ou influenciar a opinião pública das populações-alvo, actuando na chamada “psique colectiva” por forma a ficar alertas para as reivindicações, para a existência da organização, para um determinado problema, ou outros factores;

iii) Políticas: ambiciona a influência e/ou alteração de agendas políticas, da estabilidade política em geral, ou do relacionamento entre a elite política e as populações, ou entre aquela e outros Estados;

iv) Religiosas: os ataques que se destinam a afectar determinadas comunidades religiosas;

v) Económico-Energéticas: não descurando as anteriores dimensões, também elas vitais e interligadas no âmbito das actividades terroristas, consideraríamos aqui os fins que afectam a produção de energia, o funcionamento de instituições financeiras, sistemas de distribuição de electricidade, e outras infra-estruturas basilares para a estabilidade económica do país, ou de outra colectividade atacada;

II. Objectivos

i) Imediatos: *criar pânico, espalhar o medo, generalizar o sentimento de incapacidade nas massas*¹¹;

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

ii) Mediatos: *dialogar com o Estado e impor-lhe as suas condições, quando não mesmo substituir o dito Estado na sua sede do poder político*¹²;

E. Amplitude das Consequências (ou nível de afectação/reacção aos actos)

I. Geografia

i) Local: nos ataques através dos quais apenas se obtém um efeito societal muito específico e quase irrelevante para a conjuntura política interna e internacional;

ii) Nacional: os efeitos repercutem-se a nível nacional, afectando a ordem política e social do Estado ou colectividade lesada;

iii) Regional: quando os ataques terroristas alteram significativamente o equilíbrio político-diplomático entre dois ou mais Estados, levando-os a adaptarem-se às acções prosseguidas pelo grupo subversivo;

iv) Global: nos casos extremos em que a Comunidade Internacional sofre directa ou indirectamente com as consequências perpetradas por um ou vários grupos terroristas e suas actividades;

II. Longevidade

i) Circunstancial: isto é, as consequências não vão além dos danos imediatamente causados;

ii) Temporária: embora ainda de curta duração, é aquela que se caracteriza por uma pequena repercussão societal subsequente ao acto em si;

iii) Conjuntural: aquelas consequências que conseguem obter um efeito multiplicador em todo o sistema internacional, estendendo-se à totalidade do mesmo, com efeito de *feedback* e *loopback* alargado;

iv) Estrutural: os poucos ataques que resultam numa alteração substancial do *state-of-the-art* internacional, implicando uma capacidade homeostática de readaptação dos aparelhos repressivos do Estado e dos Estados para combater eficazmente as causas e efeitos da nova ameaça emergente;

F. Actividades (ou selecção dos alvos)

I. Indiscriminadas: *todos os atentados e agressões que visam generalizar um dano de monta a um paciente previamente indefinido, anónimo ou indistinto. É relativamente irrelevante quem morre ou fica ferido, desde que mora ou fique ferida muita gente*¹³;

II. Selectivas: *visa-se um alvo concreto, que se quer pressionar, eliminar, que se quer chantagear, fazer desaparecer de cena ou condicionar de forma definitiva, com a vista a alterar o paralelogramo de forças ou o circunstancialismo político de uma determinada correlação vigente*¹⁴;

G. Apoios Logísticos¹⁵ (ou proveniência dos financiamentos)

I. Apoiado por Estados violadores das leis internacionais: *como instrumento de política internacional*;

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

II. Apoiado por organizações independentes: *o financiamento recorre a actividades ilícitas como o tráfico de drogas, o contrabando de produtos ilegais, ...;*

III. Apoiado por grupos específicos: *que financiam a maioria das acções subversivas;*

Breve referência histórica

Embora o fenómeno do terrorismo seja objecto de análise particularmente intensa nos tempos mais recentes, seria erróneo assumirmos que é exclusivo ao século XXI.

Com efeito, considerando todo o período que abrange o final da II Guerra Mundial até à actualidade, seremos forçados a reconhecer uma história do terrorismo com algumas décadas de existência e permanência no sistema internacional, sendo certo que é de assinalar as rápidas metamorfoses pelas quais tem evoluído. Não obstante, o primeiro evento de terrorismo a assinalar no decorrer deste período ocorreu no dia 23 de Julho de 1968, com a Frente Popular de Libertação da Palestina a desviar um avião da companhia aérea Al El com direcção a Roma, Itália. Dias depois, a 28 de Agosto, o Embaixador John Gordon dos Estados Unidos destacado para a Guatemala é morto por uma facção rebelde dita nacionalista que lutava contra a intromissão externa no país¹⁶. Desde então temos observado uma cronologia literalmente anual em referência a actos terroristas ocorridos um pouco por todo o mundo, mas com especial incidência em alvos norte-americanos.

Sobre o novo maniqueísmo

Dando título a um capítulo da obra em análise, a mudança mais substancial que observamos aquando o estudo do fenómeno do terrorismo internacional é, incontornavelmente, a evolução da retórica, metodologia e missão de ataques terroristas para uma dicotomia que opõe duas realidades que têm contribuído para as mais diversas alterações ao nível do sistema internacional desde que é possível identificar um – o sagrado e o profano. Com efeito, assente nesta dicotomia estão formas bastante variadas de pensar e viver o mundo, formas essas que condicionam inexoravelmente o comportamento de cada actor nas relações internacionais.

Recuando aos primeiros eventos terroristas no decorrer da Guerra-Fria, poderemos observar que os motivos político-ideológicos de justificação derivavam as mais das vezes de dissensões internas ou fenómenos a elas relativos. Desde os exemplos supra referidos, até aos inúmeros exemplos de desvios de aviões de passageiros (1969: Zurique, Damascos, Roma; 1970: Israel, Filipinas, Jordânia; 1970: Jugoslávia, Israel; ...; 1983: Avião da Gulf Air; 1985: Avião da Air India; etc.)¹⁷, da explosão de bombas contra civis (Jerusalém [1968, 1969, ...], Munique [1970, 1972], Milão [1993]¹⁸, e de outras variadas formas de terrorismo incluindo ataques a embaixadas e pessoal diplomático, sobretudo norte-americanos (Guatemala [1968], Japão e Brasil [1969], México [1970], Sudão [1973], lista que se prolonga até 2003¹⁹).

No entanto, os países do Ocidente não são os únicos a sofrerem directamente com este tipo de ataques, e embora sejam menos mediatizados, poderemos facilmente encontrar exemplos de fenómenos terroristas na Rússia, China, Índia, Filipinas, Arábia Saudita, Irlanda do Norte, Espanha, entre muitos outros incluindo Portugal na sua

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

guerra do ultramar²⁰. Se algum fio condutor podemos estabelecer entre estes actos terroristas tão diversificados, é que respeitaram uma lógica de actuação internacional com vista a promoverem interesses internos. Por outras palavras, e parafraseando o Professor Adriano Moreira, constituem antes ataques *internacionalizáveis* e não propriamente *internacionais*²¹, uma vez que não foram perpetrados por actores estatais mas antes por grupos que aspiravam a uma futura substituição da sede de poder.

Portanto, classificaríamos o terrorismo internacional do século XX um fenómeno de choque entre o aparelho Estado contra pretensões nacionalistas ou independentistas, contra inimigos internos ou externos que, de alguma forma, não foram devidamente acomodadas com o processo de criação do Estado-nação. Quer se trate de ataques na Chechénia, na Palestina, em Caxemira, na província de Xijiang na China, no País Basco, ou na Irlanda do Norte, o rol de justificações assenta maioritariamente nas pretensões subversivas de um ou vários grupos terroristas que encetam contra o poder instalado, apresentando eles próprios, e com alguma frequência, os seus projectos de alternativa ao sistema, quer por secessão territorial, ou por ascensão à classe política governante. Não obstante exemplos erráticos desta justificação político-ideológica, como aconteceu com o ataque ao World Trade Center em 1993, antevemos um ressurgimento de movimentos fundamentalistas islâmicos contra o mundo Ocidental, simbolizado não só pelo próprio World Trade Center, como também pelos EUA e a matriz de valores que anima o Ocidente.

Assistimos, pois, a uma mudança algo radical na natureza dos ataques terroristas para uma realidade altamente complexa e multifacetada que envolverá um dispêndio cada vez maior e internacionalmente coordenado. Se o terrorismo tradicional poderia ser combatido por táticas de terrorismo de Estado e contra-terrorismo, certamente que a natureza que o terrorismo hoje encerra requererá novas metodologias. Perante um inimigo informe e multicéfalo, capaz de movimentar-se flexivelmente num sistema globalizado e aproveitar o seu carácter subversivo para explorar as vulnerabilidades do mesmo, qualquer tentativa de fazer guerra frente a esta ameaça afigurar-se-á tremendamente esgotante.

Ainda para mais quando o discurso amigo-inimigo é tão demarcado, impossibilitando qualquer tipo de diálogo ou negociação. Neste, o Ocidente laico e científico parece confrontar-se com uma hoste de fanáticos religiosos e devotos, de diversos credos, cuja repulsa pelo modelo civilizacional dito ocidental é de tal maneira intrínseca à própria existência desta oposição que constitui um pólo oposto de posição perante o mundo. Não mais assistimos a reivindicações contra o capitalismo norte-americano, onde quer que ele se encontre; agora a tónica assenta na própria revolta contra o capitalismo, sobre qualquer forma que este possa tomar. A linha de moderação também fica cada vez mais ténue, especialmente na facção terrorista, caso houvesse alguma. Cada vez existem mais apoiantes às suas causas e fundos disponíveis para os patrocinar, conferindo-lhes um alcance nunca antes observado.

Com efeito, este novíssimo maniqueísmo é constituído por um número alargado de outros maniqueísmos, como sejam aqueles que opõem Allah a infiéis, o Al-Corão ao Direito Internacional, muçulmanos a ocidentais, ou o Bem contra o Mal. Pior, estes binómios são prontamente defendidos por ambos os lados, o que reduz qualquer possibilidade de apaziguamento a uma mera utopia. Recorrendo ao testemunho de Al-Qurashi, um dos adjuntos de Bin Laden: "Como podem ser paradas pessoas que desejam a morte acima de tudo?"

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

Constantes identitárias

O Ocidente não é mais do que o resultado de um processo contínuo originário do Iluminismo, cujas raízes poderemos datar do século XVI e início da expansão do Euromundo, conforme descrição de Adriano Moreira²². Também referido na obra que serve de mote a esta breve dissertação, é um modelo civilizacional que sofreu diversas alterações, por vezes bruscas, mas que tem caminhado inexoravelmente em direcção a uma universalidade total, isto é, na qual o sistema ideológico, jurídico, económico, político, e acrescentaríamos religioso, se espalham ao longo de todo o sistema, hoje de escala mundial, para constituírem uma espécie de matriz de governo mundial.

Poderíamos então identificar pedras basilares que, à semelhança dos cinco pilares do Islão, servem de sustentação a todo o modelo civilizacional ora em análise. Em primeiro lugar teremos as *Leis Gregas*, e o primado dos fundamentos jurídicos de igualdade perante a lei, de Justiça, de liberdade e de responsabilidade da cidadania, perante uma classe política prosélita. Em segundo, o *Legado Judaico-Cristão* de respeito pelo outro, da sacralidade da vida, e do exercício das boas virtudes e práticas. Depois, a *Ordem Romana* de ordenamento, funcionamento e repressão da sociedade, homeostaticamente capaz de acomodar diversas comunidades étnicas, religiosas, linguísticas e culturais dentro de um todo coerente, com tendência para a construção de uma identidade Nação, supra local. De seguida temos o *Liberalismo Económico* da Escola Inglesa de Adam Smith, a qual advoga a superioridade do modelo capitalista liberal, sem intromissão do Estado nas actividades económicas. Em último lugar acrescentaria a *Ideologia Oligárquica, tendencialmente Plutocrática, de índole pró-democrática* que favorece a criação de grandes espaços nos quais se projectam as particularidades características do modelo originário.

Enumerados estes factores de poder, encontramos-nos agora capazes de averiguar as linhas de força que têm caracterizado a evolução deste espaço, um pouco à maneira de Jorge Borges Macedo na sua obra *Constantes e Linhas de Força da História Diplomática Portuguesa*²³.

Linhas de força

O processo de construção do Ocidente foi, como aliás já referimos, um processo contínuo. Segundo o mesmo, sucessivas ameaças reais e potenciais condicionaram de forma determinante a evolução desta construção, ora por substituição da classe política governante nos vários países constituintes (magnicídios, revoluções, golpes de Estado, etc.), das potências directoras que definiam o rumo evolutivo (Portugal, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos da América), do conjunto de inimigos que prometiam derrubar a ordem instaurada (Império Otomano, Império Russo, Império Mongol, Nazismo), e ainda ameaças internas que actuavam no interior do sistema, corrompendo e forçando-o a adaptar-se num determinado sentido (Reforma Protestante, Independência dos EUA e restantes Revoluções Atlânticas).

No entanto, poderemos identificar uma certa continuidade evolutiva na forma como os vários acontecimentos foram alterando o *status quo* vigente, numa constante dicotomia entre Tradição e Revolução, adaptação e inovação. A linha de força mais demarcada é, contudo, a de qualquer organismo vivo, isto é, a de se expandir até encontrar obstáculos ao seu crescimento. De facto, as concepções de poder de Kjellén proferidas na obra *O Estado como Forma de Vida*²⁴ adaptar-se-iam com impressionante

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

acuidade para o raciocínio em causa, pois não se tratando propriamente de uma entidade politicamente autónoma, como no caso do Estado, objecto de estudo daquele sueco germanófilo, aplicar-se-iam certamente a uma entidade ideológica mais alargada. Aliás, os seus *Quatro Postulados*²⁵ são um testemunho de um *organicismo estatal* operante ao nível macro, pois suplantam as restritas fronteiras do aparelho de Estado, mesmo quando este ascende a um estatuto imperial hegemónico.

Considerando a origem geográfica do Ocidente sedeada no Euromundo, ou por outras palavras, no conjunto de convivências, práticas, costumes, arranjos, tratados, princípios e fundamentos dos relacionamentos que pautavam as interacções entre os actores Estados na Europa, sobretudo a partir da Paz de Vestefália de 1648, podemos então perspectivar toda uma projecção de poder e influência em direcção ao exterior, primeiramente dirigida às colónias dos impérios europeus, depois à afectação das conjunturas internacionais regionais de actuação dos impérios, mas onde estes não eram exclusivos, como foi o caso do interior da África Meridional, Médio Oriente, Ásia Central e interior do Sudeste Asiático²⁶. Embora sejamos capazes de identificar um acordo tácito de governação nos respectivos espaços, teremos necessariamente que referir a fraca ou inexistente profusão do sistema político-ideológico, jurídico e económico nos referidos espaços.

Caído o regime imperial colonial, o sistema Ocidental necessitou de adoptar outros mecanismos de crescimento e propagação recorrendo para tal a novas metodologias em estrita concordância com o seu substrato político-ideológico, pois este serve-lhe de sustentação e legitimação. Surgem então, com especial acervo, instituições internacionais de um pós-guerra causado por uma ameaça estrutural ao próprio sistema, pelas mãos de uma ideologia fascista e outra nazista, em território europeu mas com ambições abrangentes a outros espaços tradicionalmente exíguos ao Ocidente, nomeadamente o Magrebe e o Leste Europeu, incluindo Rússia, juntamente com um ressurgimento imperialista no Extremo Oriente. Contudo, a preponderância favorável ao Ocidente prevalece, e confere-lhe a capacidade indiscutível de reformular todo um sistema internacional de âmbito mundial conforme aprover a elite oligárquica governante interdependente, constituinte da vanguarda dos diversos países charneira deste bloco, inquestionavelmente liderados pelos EUA.

Entretanto, e não sem alguma previsibilidade, surge a Leste um novo inimigo que ameaça não só a integridade estrutural do sistema, como a sua própria existência. O Comunismo e o seu Comité Central do Partido Comunista, economia planificada e central, e Doutrina Brejnev, que antes de o ser já o era, aliado a instituições dinamizadoras dos interesses e estrutura político-ideológica própria, como o Cominform e Comintern, para não falar do KGB, asseguram-se de garantir ao bloco opositor uma ameaça constante e de tal forma potencialmente destrutiva que rapidamente globaliza a dicotomia existente na forma de um novo maniqueísmo²⁷. Não nos alongaremos nesta breve resenha histórica dos últimos cinco séculos de História para justificarmos o actual *state-of-the-art* das relações internacionais, sendo que para a qual afigura-se essencial a leitura da obra magistral de Kissinger, *Diplomacia*²⁸, mas ficaremos contudo com o actual sistema Ocidental encontra-se globalizado, mas nunca antes fora tão globalizado como o é presentemente. Efectivamente, com a fragmentação do bloco soviético, a única superpotência vencedora e sua hierarquia de potências têm-se assegurado de perpetuar a sua expansão no sistema internacional, através do alargamento da sua *Governance*.

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

Isto implica uma actuação global, expectavelmente assistida de um planeamento estratégico de igual amplitude com vista ao prosseguimento de interesses e objectivos que melhor capacitem a utilização das vantagens relativas detidas pelos agentes do Ocidente, socorrendo-se para tal de variados mecanismos dinamizadores de potencialidades, como o sejam a Organização das Nações Unidas, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, o Grupo dos Sete/Oito, a Conferência de Davos, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e demais fóruns multilaterais de actuação internacional. Surpreendentemente, não encontramos nas lideranças destas e outras instituições figuras que não sejam Ocidentais, ou que de potências do Ocidente não tenham recebido o seu consentimento. A *Governance* é definitivamente o novo paradigma das relações internacionais, e o seu agente é o Ocidente.

A Governance

govern-ance [guhv-er-nuh ns]

–noun

1. government; exercise of authority; control.

2. a method or system of government or management.²⁹

Segundo as mais recentes publicações de dicionários de língua portuguesa, o termo *Governance* não encontra definição. Recorrer a um dicionário de língua inglesa é, pois, a única solução para iniciarmos a caracterização do conjunto de significados inseridos no termo, assim como a sua relevância para as relações internacionais.

Como nos explica o autor, é uma “ideologia que surge camuflada de uma técnica flexível que visa um conjunto de procedimentos de eficácia e boa gestão da política neoliberal”³⁰, ao que acrescenta “trata-se de um sistema de geometria variável, de soluções flexíveis, atinentes a regular ou desregular o sistema político clássico do Ocidente, com vista a tornar mais efectivo e eficiente o poder dos Governos que de facto passam a responder efectivamente perante a oligarquia dominante (a título de parceria estratégica pós-moderna) e apenas tangencialmente perante os eleitorados.”³¹

Ora esta não mais era uma ideologia de políticos ou filósofos, nem de tiranos ou liberais, antes reflecte os interesses de uma classe dominante oligárquica eminentemente tecnocrata, focada na gestão dos grandes fluxos de capitais internacionais nos mercados globais, procurando incessantemente os maiores ganhos aos menores custos, e recorrendo secundariamente a formas de legitimação assentes em regimes eleitorais previamente condicionados e dirigidos por vários “maestros” que enformam a mesma música celestial. Quer falemos de opinião pública, dos *media*, de instituições públicas de ensino e investigação, de serviços públicos ou qualquer outra comunidade menor, está sempre patente uma “penetração de opções ideológicas no âmbito das leis constitucionais e outras, e nas estruturas e instituições delas derivadas”³².

Nesta lógica, a anterior ideologia de Estado é substituída pela ideologia de regime internacional, composto por um número considerável de entidades estatais soberanas que respondem perante os mesmos oligarcas, e reflectem o modelo atrás mencionado. Novamente reiteramos as constantes e linhas de força do Ocidente, e como esses factores, condicionantes e variáveis de poder se interligam para constituir este modelo civilizacional alargado e tendencialmente universal.

A Luz da Geopolítica

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

Qual, então, o papel da Geopolítica para o entendimento do sistema das relações internacionais? Não outro que aquele da Estrela Polar para os caminheiros, marinheiros, e errantes – o de indicar o Norte. À semelhança da mais brilhante estrela do hemisfério, também a Geopolítica é um objecto inatingível e sempre inconclusivo, mas que não obstante, insiste em indicar o caminho para aqueles que a ela recorrem.

Com efeito, é através da análise das relações de poder ao nível local, regional, transregional e global, conforme ensina Colin Flint³³, que poderemos entender quais as alterações na balança de poderes, quais os mecanismos subjacentes ao complexo sistema internacional, e quais as tendências que permite antever. Logo, estudando as relações de poder entre os grandes espaços, com o sejam o Ocidente, cedo encontraremos respostas a algumas das perguntas que nos conduzem nesta dissertação. E a primeira conclusão a que chegaríamos seria aquela que reconhece a existência de interesses de sinal contrário aparente, dentro do próprio bloco civilizacional. No entanto, há também que considerar os diversos *inputs* provenientes do subsistema exterior, e que têm sido crescentemente abordados enquanto elementos fundamentais do macro sistema internacional global, como sejam as máfias, empresas multinacionais, organizações terroristas transnacionais, e outros actores não abrangidos pelo Direito Internacional Público, e, logo, não possuindo personalidade jurídica internacional. Veremos mais atentamente os respectivos níveis de análise.

Processos dinâmicos internos

Optámos por considerar os processos de mudança internos como dinâmicos, e não divergentes, pelo simples facto de que nem todos os processos que aparentemente dividam a classe dominante sejam necessariamente elementos de perda de unidade e coesão, ao que poderão ser inclusive factores de consolidação de posições partilhadas anteriores.

É importante realçarmos, antes de mais, a existência de duas tendências generalizadas que não sendo contra-correntes, contribuem positivamente para a construção de uma posição forte e íntegra da imagem, força e influência que o Ocidente transmite para o exterior. Enquanto que nos Estados Unidos estas duas tendências tomam a forma de republicanos e democratas, já no Reino Unido são apelidados de *tories* e *whigs*, em França *gaullistas* ou *liberais*, e em Portugal *socialistas* ou *sociais-democratas*, ou no âmbito europeu por *neomaquiavélicos* e *neokantianos*, ou ainda e tradicionalmente por realistas e liberais. Como dissemos, e como é referido na obra *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*, esta elite governante sucede-se no poder por cooptação simultânea e sucessiva, tomando a forma de dois partidos unicéfalos e siameses, conferindo ao sistema uma aparência de pluralidade e alternativa ao regime instalado que lhe confere legitimação, pelo menos para a larga maioria da opinião pública. A alternância de interesses e planeamentos estratégicos é, portanto, nula ou muito reduzida, embora possam existir algumas divergências relativamente a matérias limítrofes que não ameacem estruturalmente a prossecução dos fins da oligarquia instalada.

O exemplo mais paradigmático é o norte-americano, no qual as duas facções parecem opor-se incontestavelmente ao parecer da outra relativamente à questão do Iraque, sem contudo observarmos mudanças de fundo nesta vertente da sua política externa. Uma maioria democrata foi eleita para o Congresso com base na sua “firme” oposição contra a guerra no Iraque, prometendo cortes severos no financiamento da

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

campanha e contribuição para a crescente falta de legitimidade e gradual contestação, interna e internacional. Entretanto, a amplitude das concessões até ao presente atribuídas não diminuíram na substância prometida a capacidade dos EUA fazerem guerra no Iraque, nem sequer questionam a presente administração Bush sobre a própria guerra. Nem questionam tampouco a guerra no Afeganistão, nem o imobilismo face ao Darfur.

E relativamente a matérias de divergência interna alargada a todo o Ocidente, nem a actual crise que concerne a instalação de um sistema de defesa anti-míssil em território europeu parece reflectir posições e perspectivas inconciliáveis quanto a questões de fundo, como a segurança colectiva e estabilidade, conclusão aliás partilhada por Colin S. Gray em “*European Perspectives on U.S. Ballistic Missile Defense*”³⁴. Como noutras vezes no passado, os EUA continuam a contribuir com a maior fatia para o orçamento da OTAN, a constituir a ponta-de-lança do Ocidente contra potências emergentes, especialmente em matérias estratégico-militares, com uma retaguarda de apoio e sustentação desta exposição desgastante. Mais, nenhum país europeu considera abandonar a aliança, até hoje o mais forte e estável elo de ligação transatlântica, pela demonstração de insistência de algumas elites militares norte-americanas no sistema.

As excepções confirmam a regra.

Interacções com subsistemas internacionais externos

Tomando em consideração tudo o que foi supra referido, é ora tempo de avançarmos com uma análise geopolítica e geoestratégica do Ocidente perante o resto da comunidade internacional e seus respectivos subsistemas, enquanto investigamos a sua interacção com fenómenos de terrorismo, nas suas variadas formas. Para tal, é imperativo referirmos e abordarmos a matéria através de uma metodologia multifacetada e multidimensional, pois a diversidade e complexidade de actores das relações internacionais impele-nos para uma abordagem o mais abrangente possível.

Pensemos, pois, em regiões geográficas e nos fluxos e vasos comunicacionais existentes entre elas. Para tal, as concepções holísticas de Alfred Mahan da inserção geopolítica dos Estados Unidos servir-nos-ão de grande utilidade, pois pela sua observação e conceptualização poderemos entender qual a estratégia internacional por estes adoptada, sendo genericamente aquela coincidente com o resto do Ocidente. De facto, e embora se dedicasse sobretudo ao estudo do poder marítimo, e como tornar a Marinha norte-americana a nova *rainha dos mares*, substituindo a Inglaterra, entenderemos que através dos seus estudos são identificadas importantes linhas de força no planeamento estratégico ocidental, decorrentes da análise geopolítica não só do espaço por este ocupado, como também pela percepção dos restantes espaços geopolíticos. A própria estrutura dos Comandos Estratégicos da Marinha dos EUA é exemplificativa de um modelo estratégico, geopolítico, e civilizacional justificativo do que neste escrito foi dito.

Contudo, esta não será a única tipologia geográfica que respeitaremos, mesclando sempre que possível concepções de outros autores, como será o caso do *Heartland* de Mackinder, das *Pan-Regiões* de Haushofer, do *Rimland* de Spykman, e *Shatterbelts* de Cohen. Assim, será fundamental atentarmos a uma precisão conceptual no que concerne a definição de zona, região e área geopolítica e geoestratégica.

De uma forma equilibrada e sustentada, Cohen vai distinguir três grandes níveis de espaços geopolíticos, cada qual comportando características muito diferentes dos restantes, mas que através de uma análise sistémica, uma que o próprio autor advoga e

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

utiliza, configura um entendimento muito mais pormenorizado e fiel às distintas realidades sócio-económicas e políticas dos diferentes espaços geográficos do mundo. Com efeito, as grandes construções teóricas anteriores a Cohen pecavam pela sua excessiva generalização, açambarcando enormes massas continentais e marítimas segundo lógicas reduccionistas de conflitualidade entre dois tipos de potências, marítimas e continentais, e dinâmicas segundo as quais esta dicotomia se manifestava e transformava. Ora considerando a enorme diversidade societal dos espaços políticos mundiais, torna-se imperativo desenvolver um entendimento que melhor agrupe fenómenos geopolíticos similares, em níveis de percepção menos abrangentes mas, simultaneamente, mais compreensíveis e versáteis.

Daí a sua distinção em três níveis de entendimento da Geopolítica. O primeiro diria respeito a um nível macro, a designar-se de Áreas Geoestratégicas e que, desta forma, fugiria da abordagem estritamente geopolítica para enquadrar-se com os padrões científicos de índole pragmática da Estratégia, na sua acepção geográfica. Estas áreas demonstrariam as grandes tendências inter-estaduais ou inter-blocos de integração ou cooperação, ultrapassando as meras fronteiras dos Estados modernos. Porque o Estado é uma de várias entidades políticas inseridas num determinado contexto, com contiguidade geográfica ou não, seria este nível *macro* responsável pela análise dos fenómenos que concernem espaços geográficos mais abrangentes e possivelmente até globais.

Num nível imediatamente inferior, e usando a mesma terminologia, consideraríamos um patamar *meso*, devido à sua posição intermédia nesta percepção vertical das análises geopolíticas. E seria exactamente aqui que a Geopolítica manifestaria toda a sua potencialidade de análise e entendimento, pois esquecendo as Áreas Geoestratégicas, as Regiões Geopolíticas diriam respeito às lógicas subjacentes aos fenómenos políticos inter-estaduais num determinado contexto regional de vizinhança, pois a afectação das relações entre dois Estados poderá espoletar reacções, de sinal variado, nos restantes Estados próximos. A Geopolítica contribuiria para um correcto entendimento da influência que as diferentes políticas externas têm na evolução do sistema internacional regional, assim como para o entendimento das dinâmicas de todas estas políticas externas enquanto um conjunto mais ou menos heterogéneo de coexistência.

Finalmente, o nível *micro* abrange os Estados *per se*, isto é, enquanto entidades políticas singulares e com fronteiras delimitadas. Detendo a soberania dentro desses limites, este nível permite-nos estudar as dinâmicas estabelecidas dentro deles, como seja a influência que o território tem sobre o *decision-making process*, sobre possíveis movimentos autonómicos ou independentistas, e todos os demais factores capazes de afectar a estabilidade ou participação do respectivo Estado na comunidade internacional. Contudo, este nível micro não é estanque, pois subentende-se a necessária relação que alguns fenómenos intra-estaduais possuem com factores externos ao próprio Estado, como o sejam iniciativas de apoio a esses movimentos autonómicos, a intromissão directa de agentes externos nos assuntos internos do Estado, assim internacionalizando-os, etc. Da mesma forma com que as Regiões Geopolíticas são objectos de estudo mais pormenorizados e dinâmicos na sua constante mudança que as Áreas Geoestratégicas, também neste nível a qualidade da percepção e entendimento dos fenómenos políticos estudados são mais detalhados.

O que se pretende, com a presente estruturação, não é mais do que a distinção que diferentes níveis de análise envolvem diferentes perspectivas de estudo, assim como

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

diferentes objectos, que mesmo resultem na elaboração de análises distintas, todas concorrem para a feitura de cenários analíticos mais aprofundados e fiéis às diferentes realidades da comunidade internacional, não somente na sua expressão mais visível, como nas manifestações de expressão menos abrangente.

Assim, temos, por áreas geoestratégicas e regiões geopolíticas:

O Ocidente e a América do Norte

Sendo coberta por toda a área de actuação do *USNORTHCOM* (Comando Estratégico Norte-Americano do Norte), a América do Norte constitui um dos pulmões que anima todo o Ocidente. Com efeito, a margem ocidental do Atlântico Norte tem os benefícios da União Europeia sem as complicações desta. Embora seja representada por apenas três países, estes partilham entre eles um entrosamento político, económico, estratégico-militar e diplomático tão interligado e interdependente que é impossível abstermo-nos de considerá-los uma única zona e região geopolítica. Sendo certo que a economia é a responsável pela injeção de capitais necessários à prossecução de planos estratégicos internacionais, considerando ainda a esfera política de enorme importância para uma planificação, negociação e prossecução das mesmas estratégias, e consolidado equilíbrio sistémico destes três países numa zona geopolítica autónoma, a profusão do âmbito, dos interesses, dos valores e das concepções ocidentais é generalizada e inquestionável.

É apenas excepção a ilha de Cuba, que embora não se encontre capaz de questionar a influência e poder que lhe rodeia, resigna-se a lutar internamente contra a ideologia ocidental, apoiando simultaneamente organizações terroristas, sobretudo esquerdistas, provenientes de todo o mundo. No entanto, e dada a sua proximidade relativa e vulnerabilidade, é incapaz de promover ou facilitar a prossecução de actividades terroristas em solo norte-americano, ou a representar uma ameaça regional à estabilidade na região.

O Ocidente e a Europa

Também na União, o segundo pulmão do Ocidente, e hoje quase extensível à própria Europa, não somos capazes de detectar qualquer problema terrorista além daquele existente e proveniente de outras regiões do globo, especialmente do Médio Oriente, cujos grupos procuram encetar os seus objectivos subversivos no próprio Ocidente. Assim foi com os atentados de Londres e de Madrid, juntamente com diversos outros que entretanto foram sabotados eficazmente pelas forças de segurança pública e de informação. As suas fronteiras a Sul e Leste são-lhe, de algum modo, exteriores na medida em que apresentam problemáticas cujos desenvolvimentos não afectam directa e imediatamente a estabilidade e segurança internas da União.

Para além de fenómenos terroristas que concernem a contestação interna do Estado, como no caso da ETA ou do IRA, outras considerações serão acrescentadas no capítulo final.

O Ocidente e a América do Sul

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

Segue-se a restante região das Américas, denominada unicamente por América do Sul, mas consubstanciada pela zona do Caribe e América Central, da Faixa Andina, e do Atlântico Sul. Esta é abrangida pelo *USSOUTHCOM* (Comando Estratégico Norte-Americano do Sul), e não possui já Estados constituintes do bloco Ocidental, apesar do incontornável alinhamento de vários, nomeadamente os países do Mercado Comum Centro Americano e Equador.

Considerando a zona do Caribe, abrangendo não só os arquipélagos como a estreita passagem terrestre que une a América do Norte à América do Sul, com países como o Panamá, Guatemala, Nicarágua, Belize, e outros, estes possuem um poder, não só militar e económico, como também demográfico, energético e político, que não constituem obstáculos à projecção de poder norte-americana, e paralelamente mexicana, exclusivamente no campo económico. Estes vêm a sua estabilidade condicionada entre tentativas subversivas de elites militares com aspirações à instauração de um regime ditatorial militarista através de golpe de Estado, e o financiamento pelas mãos dos EUA, e Fundo Monetário Internacional para assegurar níveis mínimos de bem-estar e prosperidade. As suas dependências externas levar-nos-iam a considerá-los micro-Estados, senão Estados exíguos para alguns casos. É, pois, uma zona inviável à emergência ou actuação estratégica de organizações terroristas internacionais, sendo que não se encontram totalmente acautelados contra movimentos subversivos internos capazes de ameaçar a ordem interna.

A Faixa Andina, a segunda zona geopolítica em análise, é foco de estudo mais cuidado. Compreendendo os Estados da Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Chile, todos apresentam particularidades merecedoras de alguma atenção. Desde já aparecemos a Colômbia, um dos países mais violentos do mundo. A sua paisagem política é consideravelmente divergente daquela existente no Ocidente. Por um lado possuímos uma vasta maioria da população com rendimentos muito baixos, com baixa qualidade de vida, com altos índices de analfabetismo, de desemprego e outros males que afectam transversalmente a sociedade, enquanto que por outro lado temos grupos esquerdistas e de direita a lucrarem imenso com o tráfico de drogas, sobretudo cocaína para os EUA, com rapto de senhorios detentores de grandes parcelas de territórios, e de um sistema político, militar e económico altamente corrompido. Anota-se ainda o seu posicionamento como o maior produtor mundial de cocaína e seus derivados, o que por si só constitui um factor de enorme importância para o Ocidente e sua luta contra o terrorismo, pois o financiamento deste é, maioritariamente, proveniente do desenvolvimento de actividades ilícitas, sobretudo relacionadas à venda de armas e drogas. As actividades destes grupos têm especial incidência no Noroeste, onde o Estado-de-lei é inoperante.

Neste cenário actuam com bastante actividade e sucesso grupos subversivos dos quais o mais mediatizado é as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), que constituem indubitavelmente um poder paralelo não só dentro do território colombiano, como também nas regiões fronteiriças, especialmente com a Venezuela. O país é, pois, um importante local de recrutamento, formação e financiamento de actividades terroristas que actuam na América do Sul, observando-se uma clara distinção entre grupos esquerdistas e de direita, mas distinção a qual é especialmente favorável àqueles, e através da qual se denota uma internacionalização das forças subversivas.

Relativamente ao Equador, consideramos-lhe um país de importância terciária não só para o Ocidente como também para o estudo do fenómeno do terrorismo. A

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

população, maioritariamente mestiça, demonstra grandes clivagens internas pois os níveis de rendimentos daqueles de descendência espanhola são largamente superiores àqueles de descendência indígena. A sua relevância regional localiza-se ao nível da passagem de actividades ilícitas, que encontram no Equador um regime *grosso modo* estável, que adoptou o dólar norte-americano, mas que apesar de tudo é incapaz de reprimir com sucesso as actividades subversivas dos grupos terroristas relacionados com drogas e lavagens de dinheiro. Com efeito, e dada a sua relativa disparidade com países vizinhos, e sua aproximação aos EUA, constitui um ponto de trânsito entre as drogas provenientes da América do Sul em direcção ao Norte. Funciona, pois, como elo numa cadeia de financiamento dos respectivos grupos.

Avançando para o Peru e Chile, a sua importância regional é semelhante. Embora possuam importantes plantações de cocaína e heroína, têm vindo a combater com alguma eficácia a produção das mesmas, reduzindo assim a influência que cartéis e forças rebeldes detêm no seu território (nas províncias mais afastadas do centro), e nas fronteiras. No entanto, persistem factores de instabilidade e ameaça para o Ocidente, pois a sua incapacidade em impedir a exportação de drogas ilícitas e branqueamento de capitais constitui, mesmo que num contexto mais alargado, uma importante fonte para o financiamento do terrorismo na América do Sul. O Peru é, ainda, o segundo maior produtor de cocaína do mundo.

E em terceiro lugar nesta tabela de produtores de cocaína encontra-se a Bolívia, um país que desempenha funções de intermediário no contexto sul-americano. Sob a liderança de Evo Morales, não possui reais capacidades de influência, nem sobre os Estados vizinhos nem sobre o tráfico de armas e drogas, nem relativamente ao financiamento ou formação de grupos terroristas.

Faltando-nos o Atlântico Sul Americano, nele incluiríamos os restantes países, nomeadamente o Brasil, Argentina, Venezuela. A importância daqueles dois para o terrorismo é marginal. Embora a Argentina apresente altos índices de tráfico humano, destinado quase exclusivamente à pornografia e trabalho forçado, a sua relação com a produção e venda de drogas ilícitas baseia-se sobretudo no consumo doméstico, com algumas actividades paralelas que, à semelhança do Chile, relacionam-se com a exportação de cocaína para a Europa. No entanto, estes dois países constituem os maiores aliados do Ocidente em toda a América do Sul, pois considerando as suas especificidades, são aqueles que maior participação têm na economia e assuntos mundiais, procurando fugir com esforço ao subdesenvolvimento crónico que ameaça a região. Com efeito, e dada a extensão territorial que estes países ocupam, poderão revelar-se importantes parceiros estratégicos no combate ao terrorismo e actividades paralelas, sobretudo na produção e exportação de drogas ilícitas, assim como no apoio financeiro e formação de grupos terroristas.

Para finalizar, a Venezuela de Chávez, mas que lhe é antecedente, partilha algumas características dos países até aqui referidos. Embora não seja relevante na produção de drogas ilícitas, é responsável pela sua exportação para a Europa e América do Norte. Já no campo do terrorismo, esforça-se por combater a crescente influência dos grupos subversivos colombianos, enquanto alberga ela própria grupos que encetam raptos e tráfico de pessoas.

A América do Sul constitui uma região geopolítica de enormes disparidades internas e cuja abertura ao exterior é relativamente baixa. O ciclo de actividades terroristas fecha-se, pois, sobre si mesmo e relaciona-se sobretudo com o tráfico de drogas ilícitas, especialmente cocaína, enquanto adquire o seu financiamento através da

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

exportação das mesmas para países vizinhos, América do Norte e Europa. Já quanto à influência dos grupos terroristas aí existentes, estes apresentam-se como grupos político-ideologicamente desconexos com o Ocidente, focando as suas actividades em subversão dos aparelhos estatais locais para satisfação de interesses próprios.

A gestão de interdependências que o Ocidente possui com esta área geoestratégica foca-se com especial acuidade ao nível económico, sendo o subdesenvolvimento uma das causas primárias da ineficácia do Estado nos campos da estabilidade, prosperidade e repressão de movimentos terroristas ou subversivos.

O Ocidente e África

À semelhança da análise realizada para o continente americano, dividiríamos o continente africano enquanto área geoestratégica em três regiões geopolíticas com algum grau de distinção: Magreb, África Sub-Sahariana e Austral, e Corno de África, com respectivas zonas menores. Começemos pela primeira.

Por critérios vários, o Magreb será entendido como o conjunto de países situados no Sahara e a Norte deste, nomeadamente: Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Chad, Níger, Mali, Senegal, e Mauritânia (abstendo-nos de incluir ou não o Sahara Ocidental). Começemos por aqueles inseridos nas margens do Mediterrâneo.

As relações que o Ocidente possui com esta região têm sido pouco assinaláveis, mas com tendência a assumir um enfoque central, especialmente para a Europa. Dado o interesse relativamente restrito que esta tem com aqueles países, e apenas com aqueles possuidores de reservas de recursos energéticos necessários às economias da União Europeia como parte fundamental de uma estratégia de diversificação de dependências, ficam de parte melhoramentos nessas relações como seria de esperar, considerando a proximidade geográfica e partilha de um Mar ainda consideravelmente “interior”. No entanto, esse distanciamento não é sem a sua razão de ser. Apresentam-se clivagens que dificultam uma aproximação efectiva, estável e de longo-prazo não só por motivos históricos de conflitualidade, como ainda pelas diferenças económicas, políticas, estratégicas e culturais que separam os povos do Norte daqueles do Sul do Mediterrâneo.

Existem, contudo, factores de poder que prometem atrair um diálogo mais assertivo e próximo entre os dois blocos. Por um lado, os esforços de estabilização, democratização e combate às facções extremistas dentro do islamismo, que é a religião predominante na região, prometem desenvolvimentos saudáveis na sua aproximação às democracias ocidentais, o que por si só é um factor a tomar em consideração quando falamos dos discursos e inserção conjuntural que caracterizam as políticas externas destes países magrebinos. Desta forma, estes têm manifestado uma moderação político-ideológica e religiosa responsável e modelo, representando um sinal promissor para o diálogo estratégico entre o Ocidente e o Islão. Em segundo lugar, as próprias necessidades e dependências destes países face a parceiros estratégicos vizinhos que apresentem formas de sustar os precários desempenhos económicos (embora com melhorias recentes), os conflitos endémicos que caracterizam a fronteira a Sul do Sahara, assim como as altas pressões demográficas derivadas de fluxos migratórios assimétricos e provenientes de regiões desoladas, quer por acção humana ou insuficiência da natureza, assim como de elevadas taxas de natalidade, são imperativos que impelem os mesmos a procurarem métodos de aproximação à Europa. A Líbia é iconicamente o exemplo mais premente desta mudança de prioridades.

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

Apesar de tudo, regressando à problemática do terrorismo, a moderação religiosa encetada surge de um frágil equilíbrio entre a estabilidade político-social interna, decorrente do factor religião, com a dependência e diálogo destes países com o Ocidente, e ganhos que daí esperam advir. Com efeito, permanecem facções fundamentalistas, nomeadamente o Grupo Salafista para a Predicação e o Combate, ou a Anátema e Exílio³⁵, tanto locais como transnacionais que procuram quebrar esse equilíbrio, recorrendo para tal a justificações de índole religiosa de mobilização dos fiéis contra aqueles que fogem à doutrina da *sharia*, isto é, da *lei do Islão*.

Quanto aos países do Paralelo 20° – o Chad, Níger, Mali, Mauritânia e Senegal – , não só adquirem uma relevância subsidiária às grandes questões internacionais como apresentam ainda fracos níveis de implementação do Estado, sendo portanto regiões vazias na terminologia de Cohen, isto é, zonas nas quais não se exercem quaisquer forças estatais, estando por isso livre para a instalação e actuação de sociedades menores, nomeadamente terroristas, nómadas, comunidades em migração, etc. A sua estabilidade prende-se, pois, com a da segurança das suas fronteiras.

Avançando para a caracterização da zona geopolítica do Corno de África, abrangido pelo Sudão, Etiópia, Somália, Djibouti, Eritreia e Quênia (no qual incluiríamos paralelamente o Uganda), este tem vindo a verificar-se um território de transição entre as comunidades muçulmanas do Médio Oriente com aquelas da África dita Negra.

Com efeito, aí os governos deparam-se com graves crises de estabilização interna e nacional, tanto ao nível da sua institucionalização como de funcionamento. Desde as suas independências, maioritariamente na década de 1950, logo caíram sob o domínio de facções muçulmanas no poder ou elites militarizadas, não sem entretanto mergulharem numa espiral conflitual que recorre a clivagens inter-étnicas, lutas de poder entre elites timocráticas, diferentes influências de grupos muçulmanos, somando intervenções externas de apoio às várias facções. De facto, este é, de forma simplificada, o cenário que caracteriza a Somália e o Sudão. Em territórios devastados por décadas de guerras, e onde o processo de construção do Estado-nação é incipiente, ou inexistente sequer, as condições são favoráveis à implantação de grupos terroristas de subversão dos respectivos Estados, sendo ainda capazes de operar num contexto geográfico mais alargado não só afectando os países contíguos à região, como aproveitando ainda a inobservância de qualquer poder no Sahara para o utilizar como vector de projecção de poder e influência no Magreb e África Ocidental.

O papel da Etiópia, Eritreia e Djibouti é complementar, dadas as suas importâncias na produção e tráfico de drogas ilícitas entre o continente africano, asiático e europeu. Em última análise, as divisas daqui decorrentes são parcialmente retidas por elites oligárquicas locais que recorrem ao pagamento de movimentos rebeldes e terroristas para assegurar alguma estabilidade nas fronteiras, exportando assim a malha de conflitos que afecta a região, e reinvestindo nesse mesmo sistema de tráfico ilegal.

Além do mais, o Corno de África tem vindo a adquirir uma importância fundamental dada a existência de Estados “santuário” que apoiam positivamente grupos terroristas através de financiamento, formação e mobilização territorial, conforme relatório do *U.S. Institute of Peace*³⁶.

Apesar de tudo, o diálogo que maior obstáculos levanta aos interesses estratégicos do Ocidente, particularmente no que se refere ao terrorismo, é sem dúvida aquele que cria a ligação entre grupos terroristas (islâmicos) no Corno de África com aqueles existentes e actuantes no Médio Oriente. Relatórios recentes têm demonstrado a

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

lógica de operacionalidade, financiamento e doutrinação em ambas as regiões e são claras as interligações existentes entre ambos. Num artigo da *Foreign Affairs*³⁷, fica bem patente a importância que o recrutamento e formação de grupos terroristas têm na sua actual forma de actuação no Corno de África com vista à prossecução de actividades subversivas tanto no Leste Africano como no Médio, assim como a doutrinação verificada no Médio Oriente potencia o recrutamento de agentes para a região, e simultânea mas subsidiariamente para África.

Na inexistência de interesses estratégicos de grande profundidade para a região, exceptuando claramente a problemática do terrorismo, o Ocidente terá necessariamente que procurar desmantelar a estrutura e implementação de organizações terroristas neste centro nevrálgico de terrorismo em África, não só para reduzir a vulnerabilidade deste continente, sobretudo nas regiões Norte e Leste, como também condicionar seriamente o âmbito das actividades e grupos de terrorismo actuantes no Médio Oriente.

Relativamente à África Sub-Sahariana e Austral, não são de acentuar grandes considerações ou especificidades que nos tomem especial atenção relativamente à geopolítica do terrorismo para o Ocidente. Certo é que existem numerosos grupos subversivos que actuam nos grandes e pequenos Estados sub-saharianos, mas a sua expressão é tão geograficamente localizada e estanque que julgamos por bem a ausência de um elaboração particular dos mesmos. Abster-nos-emos de referir possíveis parcerias estratégicas a desenvolver com a enorme multiplicidade de Estados aí existentes cuja actuação na esfera externa fosse passível de influenciar substancialmente o cenário anteriormente explanado.

A título de curiosidade, toda a África magrebina e sub-sahariana é administrada pelo *USEUCOM*, ou Comando Estratégico Norte-Americano para a Europa, enquanto que a zona do Corno de África recai sobre a área de actuação e influência do *USCENTCOM* (Comando Estratégico Norte-Americano Central), isto é, aquele destinado ao Médio Oriente.

O Ocidente e a Oceânia

A inserção geopolítica da Oceânia é comumente classificada de inócua para o enquadramento sistémico de poderes na conjuntura internacional. No entanto, a prudência adverte-nos a olharmos mais atentamente o conjunto de factores que padronizam certas tendências às quais devemos estar atentos.

A primeira consideração tem que ver com o papel da Austrália na região. O colosso territorial que, em certa medida, reúne em si grande porção da massa terrestre que compõe este continente, representa um de dois guardiães do Ocidente, sendo o outro a Nova Zelândia. Com efeito, não é com surpresa que os inserimos na concepção político-ideológica do Ocidente, embora o seu afastamento aos Estados Unidos e Europa seja tributário dessa percepção quase sempre omitida. Desta forma, é através sobretudo da sua economia e marinha que são consolidados os seus relacionamentos com os Estados vizinhos, na sua grande maioria micro-Estados ou Estados exíguos, como o Vanuatu ou Tuvalu. O seu poder e influência tomam-se facilmente por hegemónicos, embora o enquadramento internacional no qual estamos acostumados a conceptualizar poderes hegemónicos não é neste continente aplicável. Aqui são factores determinantes a estabilidade e projecção da economia no contexto regional e a dimensão

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

geográfica do Estado. Não admira, pois, que o segundo grande actor regional seja a Indonésia.

Este país, que reúne milhares de ilhas e ilhéus, é o quarto país mais populoso do mundo, detendo a maior comunidade nacional de muçulmanos³⁸. Embora as suas dimensões política, económica e cultural não suscitem atenções de maior, é na sua religião maioritária que devemos focar as nossas análises. De facto, a observância desta característica leva-nos a considerar o país como um elemento fundamental no sistema global de terrorismo islâmico pois no seu território actuam numerosos grupos que procuram entre a população possíveis aderentes à sua *jihād* anti-ocidental e anti-infiel, onde quer que se questione ou tente subjugar o *Dar al-Islam* (ou território julgado pelas leis de Alá) a soldo do *Dar al-Harb* (ou terra de guerra e caos).

Consideravelmente menos visível que o emergente subsistema terrorista no Corno de África, existem algumas publicações em revistas da especialidade que tentam alertar para a potencial explosão que poderá advir de um elemento desestabilizante externo que condene a atitude mais ou menos periférica da Indonésia no contexto alargado de terrorismo islâmico, como é o caso da atenção do *International Crisis Group* dada à temática³⁹. A sua presente participação não é de somenos, mas é relativamente aceitável perante o conjunto de possibilidades que um país com centenas de milhões de muçulmanos poderá espoletar caso interviesse positivamente na guerra do terrorismo. Por ora “limita-se” a servir de Estado “santuário”, apoiando o terrorismo em termos financeiros, ideológicos, militares e logísticos, por tipologia de Boaz Ganor, referida na obra já mencionada *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*.

A sua particularidade reside na sua capacidade de exportar capacidade interventora a grupos terroristas islâmicos, capacidade essa baseada no treino e doutrinação de membros que serão recrutados e enviados para os mais diversos teatros de operações, não só no Médio Oriente, como também em África e na Ásia. Deste modo, o desenvolvimento de uma política de “estrangulamento”, necessariamente multidimensional e multilateral, das ligações indonésias com o resto do mundo islâmico, especialmente aquele mais activamente participativo em actividades terroristas, directas ou indirectas, estrangulamento à semelhança da concepção Mahaniana de *choque point*, isto é, ponto de confluência de actividades e interesses que tornam “maleável” a gestão de dependências e interdependências por uma potência directora capaz de liderar a comunidade internacional num esforço repressor de factores sistémicos de desequilíbrio. Nesta política, a Austrália poderia vir a desempenhar um papel estratégico basilar pois é aquele Estado ocidental com a posição geográfica, efectivo populacional ou massa crítica, potencial económico, poder militar e predisposição político-ideológica necessária para encetar um papel de maior liderança no contexto regional da Oceânia.

O Ocidente e o Médio Oriente

As relações que o Ocidente tem com o Médio Oriente, e especialmente com os fenómenos de terrorismo aí existentes, são sobejamente conhecidas e objecto de estudo em numerosas obras que ultrapassam largamente o âmbito desta dissertação. Chamamos obviamente a atenção para as mesmas, não querendo prolongar nenhuma caracterização pormenorizada, e ficando apenas por uma breve consideração geral.

A situação no Médio Oriente é de tal forma complexa e multifacetada que é-nos impossível sumariá-la toda, mas comecemos pelo princípio. O único baluarte do Ocidente na região é incontornavelmente Israel. Por um constante e avolumado

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

financiamento por parte das grandes potências do Ocidente, pela detenção de armamento nuclear, e pela detenção de forças institucionais repressivas, nomeadamente as forças armadas e serviços secretos e de informação, Israel tem conseguido ao longo da sua história relativamente recente manter a sua integridade territorial, quando não aumentá-la. É também directa ou indirectamente responsável pela prevenção de uma ofensiva militar multilateral de larga escala contra a sua existência, o que é de assinalar. Não obstante, a sua participação num contexto regional mais alargado é nulo ou muito pouco significativo. Não olvidando o ataque cirúrgico à fábrica nuclear de origem francesa no Iraque, em 1981, que a deixou inoperacional e assim condicionando substancialmente o programa nuclear de Saddam Hussein, não serão de esperar incursões semelhantes no futuro, excepto claro se o imediatismo e importância da ameaça à sua relativa estabilidade e existência sejam invariavelmente impositivos de um ataque pré-emptivo.

A conviência saudita relativa à constante e actuante presença ocidental na região também deverá ser estimada, senão mesmo melhorada, pois a importância estratégica que este imenso território com vastos recursos energéticos e desenvolvimento detém, aliados à importância estratégico-religiosa dentro do mundo muçulmano, são factores a tomar em consideração. Sendo certo que as dependências saudito-americanas são por demais conhecidas e patentes, o Ocidente terá que impedir qualquer tentativa de quebrar esse acordo mais ou menos tácito, quando não procura fortificá-lo por medidas políticas e económicas multidimensionais, envolvendo vários locutores para diferentes temáticas. Assim, no campo institucional a União Europeia poderia facilmente demonstrar o seu compromisso em cooperar activamente na consolidação dos poucos e diversificados sectores públicos sauditas, nomeadamente em termos legislativos e judiciais, enquanto que no campo da defesa e segurança os EUA encetariam esforços para aumentar os níveis de confiança e cooperação militares. Em suma, à semelhança de uma maior supervisão e co-participação internacional a desenvolver com a Indonésia, também seria de um inestimável valor estratégico um alinhamento do Reino da Arábia Saudita ao Ocidente, o que não só resultaria em ganhos recíprocos, como também provaria ser fundamental para uma estabilidade alargada, assente nos princípios de um sistema regional de segurança colectiva, que permitisse a evolução do diálogo entre o Ocidente e potenciais parceiros estratégicos na região. Contudo, esse alinhamento não poderia hostilizar o frágil equilíbrio intra-islâmico entre facções sunnitas e xiitas, prevenindo uma ressurgência destes contra o Ocidente.

De facto, este é o busílis da problemática do terrorismo no Médio Oriente. A esmagadora maioria da população é muçulmana, sendo a família sunnita aquela que está em maioria. Em termos de governos, apenas aqueles do Iraque e do Irão são xiitas, a família declaradamente mais extremista na sua ideologia e acções, e que mais perturbações têm causado no Médio Oriente. No entanto, não são de menosprezar os diversos grupos terroristas, quer sunnitas quer xiitas, cujas actividades e doutrinação assumem conjunta e paralelamente como anti-ocidentais.

A lição a reter é aquela de Kissinger na sua obra *Precisará a América de uma Política Externa?*⁴⁰, na qual o autor enuncia que a característica sistémica predominante no Médio Oriente é aquela que caracterizava a Europa nos séculos XVI e XVII, isto é, a de uma instabilidade decorrente de conflitos religiosos, por vezes intra-religiosos, sendo motivada por factores e fenómenos que não poderão ser externamente apaziguados. Consideradas as clivagens existentes entre as próprias famílias do Islão, assim como aqueles existentes entre alguns muçulmanos radicais e a ideologia e política dos

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

ocidentais não só na região como enquanto regime internacional, será de esperar um prolongamento temporal acentuado e uma permanência na escala conflitual pouco promissora. Como tal, continuaremos a observar uma dinâmica de *Shatterbelt*, segundo concepção Coheniana, assim como de *Linhas de Fractura ou Tensão*, na terminologia de Huntington. No entanto, este pessimismo não é de todo catastrofista.

Com vista a minimizar as repercussões que poderão advir caso se assista a uma gradual hostilização das partes envolvidas e actuanes na região, nomeando primeiramente os EUA, mas incluindo a UE, Rússia, Turquia, Egipto e a Arábia Saudita, é crucial para o Ocidente empenhar-se num esforço multilateral permanente e multidimensional com os vários intervenientes regionais, como sejam Israel, Arábia Saudita, Irão e Iraque, alguns dos quais providenciam santuários, financiam grupos e realizam eles próprios acções terroristas em vários territórios vizinhos, não só através das tradicionais organizações mediatizadas, como a Al-Fatah, Hezbollah e Hamas, como envolvendo grupos como a Al-Qaeda, grupos menores na Síria e Líbano, ou regimes terroristas como aquele parcialmente derrotado no Afeganistão – Talibã. Um dos principais interesses estratégicos do Ocidente para o Médio Oriente, senão mesmo o mais cimeiro, será aquele de impedir a emergência de uma potência regional directora capaz de subverter a lógica dominante de guerra religiosa transversal, e assim potenciar uma ideologia muçulmana coesa e enveredá-la numa direcção hegemónica e fechada em todo o mundo muçulmano.

Considerados os óbvios interesses económicos na região, é portanto do mais alto interesse do Ocidente conseguir impor a sua agenda às diferentes famílias islâmicas, de forma separada, procedendo simultaneamente com uma política tripartida que garanta a permanência da sua dissensão, para melhor estabilizarem e controlarem as sucessivas escaladas conflituais que assolam a região, assim desmobilizando quaisquer tentativas de surgimento de um actor islâmico preponderante, como sufocando o desenvolvimento e crescimento de organizações terroristas e suas actividades, na região e no mundo.

Sumariando, conscientes da inabilidade em erradicar definitivamente qualquer possibilidade de conflito ou actividade terrorista na região, devemos contudo esforçar-nos para “atacar” multilateral e multidimensionalmente o grande epicentro do terrorismo mundial, especialmente na sua forma de terrorismo fundamentalista islâmico, e assim efectivar uma participação verdadeiramente mundial e de liderança no actual sistema internacional, contribuindo inequivocamente para a definição da *agenda setting* mundial, segundo trâmites e enfoques que respeitem em maior ordem o conjunto de interesses, valores e interdependências do Ocidente no Médio Oriente.

O Ocidente e a Ásia

Para concluirmos esta breve análise do actual sistema das relações internacionais, basta-nos agora referir uma possível estratégia que o Ocidente poderá adoptar face ao continente asiático. Dada a multiplicidade de actores inseridos no espectro continental asiático, é contudo de ressaltar a importância de quatro grandes unidades geopolíticas distintas, a saber: Rússia, Índia, China e Japão. Os restantes territórios apresentam uma relevância periférica, embora pareçam surgir indícios de um ressurgimento do *Great Game* de Kennan, substituindo a anterior disputa entre a Rússia e a Grã-Bretanha na região da Ásia Central por uma entre os EUA e seus aliados, vulgo Ocidente, e o gigante euro-asiático.

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

O relacionamento entre o Ocidente e a Rússia sempre foi um de ambiguidade, derivado sobretudo das diferentes percepções estratégicas que animam as elites militares e políticas de ambos os lados do Atlântico Norte. Ora procurando conciliar uma cultura geopolítica de distanciamento e contenção face à ameaça sempre presente de Leste, admiravelmente explorada e actualizada para um contexto de sistema estatocêntrico por Mackinder na sua célebre palestra na Royal Society of Geography, em 1904, Londres, sob a epígrafe de “*O Pivot Geográfico da História*”, ou procurando uma gestão de confianças, que mais do que interdependências, condicionam inevitavelmente o conjunto de percepções mútuas sobre ameaças e vulnerabilidades, resultando subsequentemente em alterações nas políticas externas que nem sempre tornam um diálogo aberto e aproximação estratégica possíveis ou funcionais. Além do mais, o Ocidente coexiste com a Rússia em todo o seu *inner abroad*, ou *Crescente Interior* ainda na linguagem de Mackinder, o que potencia as possibilidades de tensão e divergência na forma como cada qual participa na construção e operação do sistema internacional. Por um lado, a União Europeia atrai cada vez mais a atenção das antigas repúblicas soviéticas, ameaçando assim a integridade *de facto* da Comunidade de Estados Independentes, que tem como potência charneira indiscutível a Rússia. A OTAN, por seu lado, envereda por um caminho de contenção/acção, avançando sobretudo no Sudeste europeu em direcção ao Mar Negro e Cáspio, constituindo uma verdadeira testa-de-ponte ocidental face ao potencial russo e instabilidade no Médio Oriente.

Finalmente, e relativamente ao restante *Crescente*, observa-se subrepticamente a permanência de uma reminiscência da Guerra-Fria conceptualizada por Spykman no seu *Rimland*. Esta seria uma zona de intermediação entre o Novo Mundo, estendido a um espaço mais alargado de cooperação e integração política-ideológica, económica, militar e estratégica com a Europa, todo ele dependente um mundo marítimo dependente do comércio, consubstanciando o *Midland Ocean*, de regresso a Mackinder, enquanto intermedeia o restante *inner abroad* russo no Médio Oriente, Ásia Central e Extremo Oriente. Eis, pois, um dos principais obstáculos à expansão da ideologia ocidental a níveis mais universais de âmbito mundial.

Contudo, nas matérias de terrorismo, ambos têm demonstrado um diálogo cooperativo saudável, mesmo que não abordando uma parceria formal ou matérias como o terrorismo interno a decorrer de ambos os lados, de separatistas e forças governamentais na Chechénia.

O mesmo poderíamos dizer em relação à China, cuja ressurgência no panorama internacional parece ultrapassar o “mero” *boom* da sua economia. Com gastos em matérias de segurança e defesa sempre crescentes, e com uma ingerência cada vez maior em cenários onde estejam envolvidos recursos energéticos vitais à sua sustentabilidade económica, aliado a uma tentativa de consolidação mais ou menos tácita da sua esfera de influência no Sudeste Asiático, a China constitui um novo tipo de ameaça para a qual o Ocidente está esperançoso de conseguir a sua acomodação pacífica e construtiva no sistema. Esta mostra um esforço considerável, atentando ao seu passado histórico e recente, de se abrir gradualmente aos valores ocidentais, nomeadamente de economias de mercado crescentemente liberais, à regularização do sistema judicial, a uma maior transparência em matérias de direitos humanos, e procura inclusive negociar o seu crescimento económico com sustentabilidade ambiental. E fá-lo numa perspectiva de longo prazo e ponderando a importância dos actuais participantes no seu contexto regional – Japão, EUA, Rússia e Índia. Resta saber se será apenas um *challenger* à

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

potência directora Estados Unidos, ou se porventura adquirirá capacidades e visão estratégica para a substituir.

Em questões de terrorismo, quer a participação da China ou da Índia com o Ocidente são similares, embora a Índia necessite de uma precisão referencial. Com efeito, ambos os Estados possuem as suas querelas internas ou limítrofes, sendo no caso chinês o Tibete, e no caso indiano Caxemira. Aqui desenrolam-se actividades terroristas de Estado, na sua definição teórica, e que por isso não necessitam de elaborações de maior. Mas como referíamos, na Índia verifica-se uma particularidade que existe em menor proporção na China, que é a actividade subversiva de movimentos fundamentalistas islâmicos. Em boa verdade, estes fenómenos não apresentam as dimensões e repercussões que outros movimentos islâmicos situados no Médio Oriente ou em África, mas não deixam de ser significativos como forma de demonstrar a vulnerabilidade de outros actores face a esta ameaça. Como referimos anteriormente, no capítulo relativo ao **Novo Maniqueísmo**, existem nas províncias de Xijiang, China, e Caxemira, Índia, actividades terroristas de grupos islâmicos indianos, médio orientistas, e outros de características mais nómadas nas imediações da cordilheira dos Himalaias⁴¹, juntamente com grupos provenientes da região ocidental da China, como o grupo “Turquestão Leste”, como relata a Rádio Internacional da China no artigo “*Origem da questão do “Turquestão Leste”*”⁴².

A Índia, contudo, sofre mais directamente com ataques de grupos fundamentalistas islâmicos dada a sua maior proximidade com os variados focos de tensões e conflitos no Médio Oriente. O próprio conflito em Caxemira ultrapassa já a dissensão com o Paquistão, pois o controlo deste nas suas margens ocidentais encontra-se severamente afectado pela movimentação e instalação de milícias talibãs oriundas do Afeganistão. Os fluxos migratórios com direcção ao Paquistão tornaram-no menos capaz de lidar com as suas comunidades islâmicas, que desta forma ganham uma maior alavanca negocial através de pressão e influência nas elites locais e populações, o que tudo encadeado fragiliza a capacidade paquistanesa de sustentar uma nova vaga de islamização. A Índia vê-se então envolvida num dilema estratégico. Poderá, por um lado, contribuir activamente para a resolução da questão de Caxemira, permitindo maiores concessões e futuras negociações com o Paquistão, e assim reduzir a sua vulnerabilidade a tensões e conflitos com grupos militares ou para-militares islâmicos paquistaneses, contribuindo para um apaziguamento susceptível de acalmar as hostes terroristas, ou antes manter-se firme às suas crenças e valores de uma Índia “sagrada e indivisível”, e sujeitar-se às acções subversivas supra mencionadas.

Finalizando, porque a posição do Japão prende-se com movimentos terroristas erráticos do grupo Exército Vermelho, cuja ameaça à estabilidade japonesa é reduzida, mas que nem por isso deixam de ser financiados por vários grupos terroristas terceiros, permitindo-lhes assim “exportar” as suas capacidades e actividades para o Médio Oriente, através da Frente Popular de Libertação da Palestina, ou na América do Sul. A paisagem política na Ásia deixa antever uma perspectiva de realinhamento estratégico não só das grandes potências como de potências emergentes. Em matérias de terrorismo, a zona de maior incidência é a da sua fronteira com a Ásia Central, e Médio Oriente, sendo que no Sudeste Asiático alguns grupos prosseguem com a produção e exportação de drogas ilícitas, que financiam o armamento de milícias locais e com ligações superficiais com outros grupos terroristas exteriores à região.

Apesar da sua importância estratégica, não constitui um cenário onde o Ocidente poderá projectar adequada e facilmente a sua matriz ideológica, vendo pois a sua luta

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

contra o terrorismo algo limitada e secundarizada pelos interesses e problemas internos das potências aí situadas. No entanto, a expressão do terrorismo que afecta directa ou indirectamente o Ocidente proveniente ou actuante nesta região é pouco contundente, o que possibilita uma maior flexibilidade estratégica e negociação e planeamento estratégico de outras temáticas que certamente assumem maior importância no diálogo com, por exemplo, a Rússia, a China, a Índia ou o Japão.

Considerações finais

A título conclusivo, importa salientar algumas considerações previamente elaboradas. Em primeiro lugar, a ameaça do terrorismo adquiriu proporções mundializadas e será apenas através de uma concertação alargada entre diversos Estados que se atingirá uma resposta eficaz no combate às causas e efeitos de actividades terroristas.

Segundo, em concordância com a evolução do sistema internacional de Estados, também os grupos terroristas evoluíram para redes internacionais de cooperação para melhor potenciarem o seu alcance operacional e possíveis sucessos para as suas motivações, libertando-se de anteriores limitações teórico-ideológicas em direcção a uma verdadeira internacionalização.

Continuando, e para além dos tradicionais movimentos de subversão interna do Estado, outrora designados genericamente por terrorismo doméstico, actuais organizações terroristas encetam as suas actividades contra alvos não estatais, ou por outras palavras, já não é a oposição contra a política externa ou agenda internacional de um determinado país que fundamenta a execução de acções terroristas, mas assiste-se gradualmente a uma alteração do fundamento ideológico do terrorismo para concepções mundiais mais alargadas e partilhadas por vários Estados, como é aquela expressa na ideologia neo-liberal e neo-conservadora dos EUA, no capitalismo enquanto sistema económico, na religião, ou no Ocidente como um todo.

Em quarto lugar, o Ocidente enquanto espaço político geograficamente delimitado enfrenta um conjunto de desafios diversificados e multidimensionais em todas as restantes regiões pela objecção aos interesses estratégicos mundiais manifestados pelas suas potências directoras, como é o caso dos EUA, Reino Unido, Alemanha, França, etc. Contudo, é a entidade geopolítica mais vasta no mundo contemporâneo, e detém uma posição privilegiada da determinação e prossecução de uma agenda internacional determinada, também ela multifacetada, que é tendencialmente multicéfala, e cooptativamente transmitida de geração em geração, à boa maneira das elites políticas de Vilfredo Pareto, ou dos sistemas internacionais de George Modelski, sempre dominados por potências ocidentais.

A governação do Ocidente sobre todo o sistema mundial sempre respeitou a máxima estratégica de dividir para conquistar, promovendo a discordância e fragmentação entre potenciais opositores para assim surgir com uma vantagem negocial, apoiada em *soft* ou *hard power* de Joseph Nye, para determinar a evolução dos acontecimentos, de nível regional e mundial, segundo os seus interesses.

Contudo, a ameaça terrorista parece antever uma crescente organização e participação de diferentes actores internacionais, não somente grupos terroristas como também Estados e grupos de Estados para, contra o Ocidente, encetarem as suas actividades subversivas e contestarem o seu poder exercido em várias zonas do globo. De todas estas ameaças, a do fundamentalismo islâmico é seguramente aquela de maior envergadura, não só nas capacidades de actuação como potencial de contestação.

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

Bibliografia

-
- **Cunliffe, Barry**; *Atlas of World History*; Barnes & Noble Books; 1997
 - **Lara, António de Sousa**; *Ciência Política: estudo da Ordem e da Subversão*; ISCSP, 2005
 - A Grande Mentira*; Hugin; 2004
 - O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*; Almedina; 2007
 - **Aa. Vv.**; *Geopolítica e Relações Internacionais*; Quid Júris; 2005
 - **Dias, Carlos Manuel Mendes**; *Geopolítica: teorização clássica e ensinamentos*; Prefácio; 2005
 - **Nye, Joseph S.**; *Compreender os Conflitos Internacionais*; Gradiva; 2002
 - **Kissinger, Henry**; *Precisará a América de uma Política Externa? Uma diplomacia para o Século XXI*; Gradiva; 2003
 - Diplomacia*; Gradiva; 2005
 - **Gaddis, John Lewis**; *A História da Guerra-Fria*; Edições 70; 2006
 - **Adriano Moreira**, *O Novíssimo Príncipe*, Editorial Intervenções, 1977
 - Ideologias e Política Internacional*, AA do ISCSPU, 1968;
 - Aa. Vv.; *Legado Político do Ocidente*; Academia Internacional de Cultura Portuguesa; 1988;
 - **Jornal de Defesa e Relações Internacionais**:
<http://www.jornaldefesa.com.pt>
 - **CIA World Fact Book**:
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

Referências bibliográficas

-
- ¹ Lara, António; *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*; Almedina; 2007
 - ² Lara, António; *A Grande Mentira: Ensaio sobre a Ideologia e o Estado*; Hugin; 2004
 - ³ Lara, António; *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*; Almedina; 2007; Cf. In palavras de apresentação
 - ⁴ Lara, António; *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*; ISCSP, 2005, pp. 458
 - ⁵ UN General Assembly Resolution Session 49/60
 - ⁶ Carl Schmitt, Amigo e Inimigo, The Concept of the Political; Cfr. Maltez, Adelino; *Princípios de Ciência Política*; ISCSP, 2005
 - ⁷ Lara, António, *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*; ISCSP, 2005, pp. 38
 - ⁸ Lara, António, *A Grande Mentira*, Hugin, 2004, Cfr Introdução

NOSTRUM TEMPUS

Escrito e compilado por Tiago Alexandre Maurício, no dia 23 de Fevereiro de 2008

<http://NostrumTempus.blogspot.com>

-
- ⁹ Lara, António, *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*, ISCSP, 2005, pp. 460
- ¹⁰ Lara, António, *A Subversão do Estado*, ISCSP, 2000, pags
- ¹¹ Lara, António, *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*, Almedina, 2007, pp. 43
- ¹² íbis, ibidem
- ¹³ íbis, ibidem
- ¹⁴ íbis, ibidem
- ¹⁵ Lara, António, *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*, ISCSP, 2005, pag 463
- ¹⁶ US Department of State, Cronologia do Terrorismo 1961-2003, disponível na Internet em: <http://www.state.gov/r/pa/ho/pubs/fs/5902.htm>
- ¹⁷ History of Terror Attacks, disponível na Internet em: <http://www.multied.com/Terrorhistory.html>
- ¹⁸ íbis, ibidem
- ¹⁹ Chronology of Major Terrorist Attacks Against U.S. Targets, disponível na Internet em: <http://www.cdi.org/terrorism/chronology.html>
- ²⁰ Adriano Moreira, *O Novíssimo Príncipe*, Editorial Intervenções, 1977
- ²¹ Adriano Moreira, *Ideologias e Política Internacional*, AA do ISCSPU, 1968;
- ²² Moreira, Adriano e outros; *Legado Político do Ocidente*; Academia Internacional de Cultura Portuguesa; 1988;
- ²³ Macedo, Jorge Borges; *História Diplomática de Portugal: Constantes e linhas de força*; Instituto de Defesa Nacional; 1987
- ²⁴ Kjellén, Rudolf, *Der Staat als Leben form*; Cfr. Dias, Carlos; *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinaamentos*; Prefácio; 2005
- ²⁵ íbis, ibidem
- ²⁶ Cuncliffe, Barry; *Atlas of World History*; Barnes & Noble; 1997
- ²⁷ Gaddis, John Lewis; *A História da Guerra-Fria*; Edições 70; 2006
- ²⁸ Kissinger, Henry; *Diplomacia*; Gradiva; 2007, 2ª edição
- ²⁹ Disponível na Internet em: <http://www.dictionaty.com>
- ³⁰ Lara, António, *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*, Almedina, 2007, pp. 30
- ³¹ íbis, ibidem
- ³² íbis, *A Grande Mentira*; Hugin; 2004; pp. 13
- ³³ Ver: <http://nostrumtempus.blogspot.com/2007/12/escala-de-cdigos-geopolticos.html>
- ³⁴ Gray, Colin S.; *European Perspectives on US Ballistic Missile Defense*; disponível na Internet em: <http://www.nipp.org/Adobe/europe.pdf>
- ³⁵ Ver: http://www.jornaldefesa.com.pt/noticias_v.asp?id=546
- ³⁶ Ver relatório em: <http://www.usip.org/pubs/specialreports/sr113.html>
- ³⁷ <http://www.foreignaffairs.org/20040101faessay83108/princeton-n-lyman-j-stephen-morrison/the-terrorist-threat-in-africa.html>
- ³⁸ <http://en.wikipedia.org/wiki/Indonesia>
- ³⁹ Como por exemplo, no seguinte documento: <http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=4092&l=1>, *Terrorism in Indonesia: Noordin's Network*, 5 de Maio, 2006
- ⁴⁰ Kissinger, Henry; *Precisará a América de uma Política Externa? – Uma diplomacia para o Século XXI*, Gradiva, 2003
- ⁴¹ <http://www.worldpress.org/Mideast/2607.cfm>
- ⁴² Disponível na Internet aqui: <http://www.cri.com.cn/portugal/2003/Jun/138012.htm>